

Famílias têm ordem para deixar área invadida

AL18056

O juiz Euzimar Luiz Lucas, da Vara Cível de Vila Velha, concedeu ontem reintegração de posse à Elytis Construtora e Incorporadora Ltda de uma área na Ilha da Jussara de aproximadamente dois mil metros quadrados — com quinze quadras — invadida no início da semana por mais de 500 famílias. Os ocupantes receberam a visita, na parte da tarde, de um oficial de Justiça acompanhado por policiais da Companhia de Choque da Polícia Militar, segundo uma das líderes da invasão, Diva Teixeira. Entretanto, eles afirmam que vão permanecer nas imediações do local até que a empresa comprove, através de documentação, ser a proprietária legítima do terreno.

Um grupo de invasores foi, no início da noite, até a Prefeitura de Vila Velha para solicitar apoio ao prefeito Vasco Alves. “Queremos que o prefeito interceda por nós, consiga um advogado para que possamos ingressar na Justiça pedindo cassação da liminar, já que no documento o juiz deu o prazo de 15 dias para contestarmos a decisão. Só vamos sair do local se a empresa comprovar que é realmente dona da área, pois mais de dez pessoas estiveram na região esta semana se dizendo proprietárias”.

Assentamento

O prefeito Vasco Alves disse que mandará examinar a documentação, e se for comprovado que o proprietário está em dia com os tributos, os invasores serão orientados a sair do local.

“Vamos estudar junto com o Conselho de Moradia do município uma forma para assentamento dessas famílias, pois a questão social é preocupante”, afirmou o prefeito. “Se a empresa estiver com os tributos atrasados, poderemos até verificar mecanismos para desapropriar a área”, acrescentou.

Outras áreas “ociosas” da Barra do Jucu são alternativas para um possível assentamento, conforme Vasco Alves. Inicialmente, a invasão compreendia 500 famílias, de acordo com Diva Teixeira, mas aos poucos a ocupação foi se alastrando sobre novas áreas às margens da Rodovia do Sol e a poucos metros da praia, envolvendo 1.500 famílias. Logo no primeiro dia da ocupação a presença do prefeito foi solicitada pelos invasores. Na ocasião ele já adiantou que “a Prefeitura não tem poder de Polícia, e se a área fosse particular os ocupantes teriam de recorrer à Justiça”.

Diva Teixeira frisou que não houve atrito entre os policiais militares, que chegaram à área em quatro camburões, e os invasores. “O oficial deu 30 minutos para que saíssemos de lá. Nos afastamos para outras áreas próximas, já ocupadas também desde segunda-feira. Vamos aguardar nesses locais, às margens da Rodovia do Sol, até que tenhamos uma orientação de Vasquinho. Caso a empresa seja a proprietária legítima, vamos buscar outras áreas para invadir. Não vamos desistir porque precisamos de moradia”.

Aracruz discute posse de terra

A Aracruz Celulose não quer brigar com os índios tupiniquins e guaranis, por causa das terras que ocupam. Segundo o diretor da Aracruz Florestal, Luiz Sorensine, a área ocupada, em torno de 13,37 hectares, foi adquirida de mais de uma centena de proprietários em 1967. “Hoje não temos mais terras para doar aos indígenas, além dos 1.819 hectares que foram doados em 1970 a pedido da Fundação Nacional do Índio (Funai), mas estamos dispostos a conversar com os caciques sobre a propriedade da terra”, garantiu.

Luiz Sorensine disse que tem conversado com os índios, mas não conhece e nunca conversou com os caciques que se reuniram quinta-feira na Fafi, em Vitória, garantindo que querem a demarcação de suas terras incluindo as ocupadas pela Aracruz Celulose.

Segundo o diretor da Aracruz Florestal, os índios têm sido manipulados por indigenistas de finais de semana que só lembram deles no Dia do Índio. “O que sabemos da estória é que em 1610 as terras foram doadas aos índios pelos europeus e posteriormente a doação foi cancelada pela Monarquia. Também sabemos que é estória a confirmação da Funai de que as terras pertencem aos índios. O que há de história é que esses índios estão com boa fé, mas sendo usados por grupos que levantam vez por outras bandeiras”, garantiu Sorensine.

Ele disse também que os índios das aldeias de Caieiras Velhas, Comboios e Paul Brasil são nômades, com uma população flutuante, que hoje está em torno de 130 famílias. “Estamos dispostos a conversar com os caciques. Eles têm seus direitos e a forma de pensar, mas devem obedecer critérios de justiça”, garantiu.

Segundo o cacique tupiniquim, da aldeia de Caieiras Velhas, Luiz Francisco Ramos, eles exigem a anexação de 13,2 mil hectares de terras e garante que primeiro vão procurar a Justiça e depois, se possível, ver se a Funai faz a vistoria e demarca as terras. “Senão, estamos decididos a demarcar por conta própria”, disse o cacique.

De acordo com a Constituição Federal, se as terras reivindicadas pelos índios não forem demarcadas até o dia cinco de outubro, eles perdem definitivamente o direito sobre elas. Segundo o cacique, em 1610 o governador da Capitania do Espírito Santo, Francisco de Aguiar Coutinho, oficializou a doação de uma sesmaria de cerca de 130 mil hectares aos tupiniquins e hoje só restam 4,5 mil hectares, em terras descontínuas.

A coordenadora regional Leste do Conselho Indigenista Missionário, Tânia Maria Silveira, disse que o diretor da Aracruz Florestal está enganado quando garante que os índios tupiniquins são nômades. Eles não são. “A Constituição Federal fala de terras tradicionais dos índios, que devem ser remarcadas.